14	114	ALFREDO ROLIM PEREIRA	Pacajús	2ª Vara
15	115	SÉRGIO DA NÓBREGA FARIAS	Crateús	2º Juizado Auxiliar da 9ª Zona Judiciária
16	116	NIWTON DE LEMOS BARBOSA	Brejo Santo	1ª Vara
17	117	ANA IZABEL DE ANDRADE LIMA	Maranguape	3ª Vara

DADO E PASSADO NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 13 de abril de 2018.

EU, _____, Assistente Técnico da Assessoria de Articulação para o 1º Grau, o fiz.

SUBSCREVO: _____, Juiz Auxiliar da Presidência.

VISTO: Desembargador _____, PRESIDENTE.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O
CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL Nº 7 – TJCE – JUIZ SUBSTITUTO, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em atenção aos pedidos de impugnação ao Edital nº 1 – TJCE – Juiz Substituto, de 15 de fevereiro de 2018, torna pública a **retificação** dos subitens **1.2**, **4.1**, **5.2.6** e da **alínea "b"** do subitem **10.1.1** do Edital nº 1 – TJCE – Juiz Substituto, de 15 de fevereiro de 2018, bem como a **inclusão** do tópico **29** no conteúdo de **Direito Civil**, constante do Anexo I do referido edital, e a **exclusão** da Lei nº 12.483/1995 do conteúdo referente à **Organização Judiciária do Estado do Ceará**, constante do referido Anexo.

Torna pública, por fim, a **exclusão** dos membros Gilmar Tadeu Soriano, Hiza Maria Silva Carpina e Ricardo Rocha Leite da Comissão da Instituição Especializada – primeira e segunda etapas, constantes do subitem **17.3** do mesmo edital.

[...]

1.2 O concurso objetiva selecionar candidatos para o provimento de **50 cargos vagos** de Juiz Substituto. Das **50** vagas, **37** vagas são para ampla concorrência, **3** vagas estão reservadas a candidatos com deficiência e **10** vagas estão reservadas a candidatos negros.

[...]

4.1 Das vagas destinadas ao cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas na forma do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, do art. 7º, parágrafo único e da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

[...]

5.2.6 Os candidatos que não forem reconhecidos pela comissão avaliadora como negros, se recusarem a ser filmados, não responderem às perguntas que forem feitas pela comissão ou os que não comparecerem para o procedimento de verificação na data, no horário e no local estabelecido na consulta individual continuarão participando do concurso concorrendo às vagas de ampla concorrência, caso tenham pontuação para figurar entre os classificados.

[...]

b) certidão ou declaração idônea que comprove haver completado, à data da inscrição definitiva, 3 (três) anos de atividade jurídica, efetivo exercício da advocacia ou de cargo, emprego ou função, levada a efeito após a obtenção do grau de bacharel em Direito, sendo certo que pode ser considerado, para tal fim, o tempo de exercício em cargos, empregos ou funções não-privativos de bacharel em Direito, desde que ausentes dúvidas acerca da natureza eminentemente jurídica das atividades desempenhadas;

[...]

ANEXO I

OBJETOS DE AVALIAÇÃO

1 BLOCO I
DIREITO CIVIL: [...] 29 Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
[...]

DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará